

CONTAS NO VERMELHO

A dívida em títulos do governo federal aumentou R\$ 67,6 bilhões e fechou o ano passado em R\$ 1761, bilhões

Em apenas um ano, de acordo com os dados divulgados ontem pelo Banco Central (BC), a dívida mobiliária (em títulos) cresceu 14 vezes o que o governo pretende arrecadar este ano com a cobrança de mais um imposto, a Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), conhecida como imposto sobre o cheque. O BC informou também que o déficit consolidado do setor público (União, estados, municípios e estatais), que até novembro chegou a 3,9% do Produto Interno Bruto (PIB), deve ter fechado o ano passado em torno de 4,4% do PIB, contra os 2,5% previstos pelos economistas do governo.

Desde julho de 1994, quando foi lançado o Plano Real, a dívida em títulos federais praticamente triplicou. Naquele mês, estava em R\$ 59,5 bilhões.

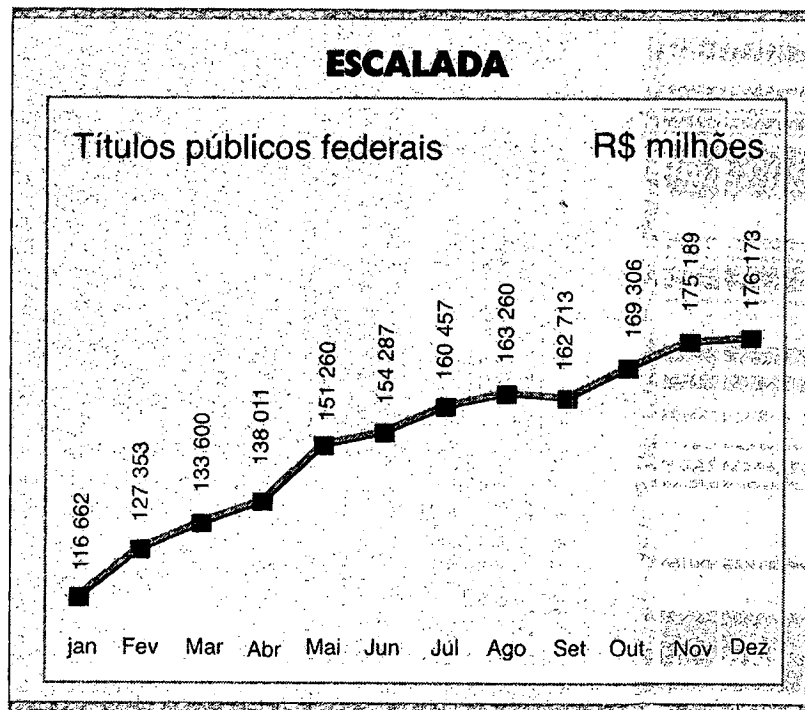
Parte desse aumento resultou de efeitos colaterais do próprio plano de estabilização, que em 31 meses de existência combinou

uma política de juros altos com câmbio apreciado, dois dos vários fatores que fizeram a dívida crescer nesse período.

Os juros altos, por exemplo, aumentam fortemente o ingresso de dólares no país, o que, por sua vez, obriga o BC a comprar os dólares e, paralelamente, emitir títulos para retirar os reais da economia usados na aquisição dos dólares para, assim, evitar o aumento da inflação.

EMPRÉSTIMO

O chefe do Departamento Econômico do BC, Altamir Lopes, informou que, em 1996, foram quatro os principais vilões do aumento da dívida federal: o des controle fiscal, ou seja, o governo gastou mais do que arrecadou; a esterilização do capital estrangeiro que entrou no país — as reservas cambiais cresceram US\$ 10 bilhões —; o socorro ao Banco do Brasil por meio de uma capitalização de R\$ 8 bilhões; e os



gastos com juros — só o Tesouro Nacional queimou R\$ 16 bilhões no ano passado.

O déficit operacional (receitas menos despesas, incluídos os gastos com juros) acumulado até novembro chegou a R\$ 27 bilhões (ou 3,9% do PIB). Esse é o montante de recursos que o governo teve que tomar emprestado para financiar

seus gastos. Para dezembro, segundo os técnicos do BC, essa conta deve aumentar em mais R\$ 3 bilhões, totalizando R\$ 30 bilhões (ou 4,4% do PIB).

Para o chefe do Departamento Econômico do BC, Altamir Lopes, o péssimo desempenho fiscal do governo no ano passado não deverá se repetir em 1997. "No ano pas-

sado, tivemos programas de emissões voluntárias e ajudas a estados que deverão trazer um impacto positivo para as contas deste ano", disse Altamir, que ainda aposta numa arrecadação maior do governo para 1997.

No balanço geral das dívidas do setor público, os dados do BC mostram que os governos federal, estaduais e municipais deviam R\$ 263 bilhões em novembro, já descontados os créditos que cada um tem a receber. Desse valor, R\$ 232 bilhões correspondiam à dívida interna líquida e R\$ 31 bilhões à dívida externa líquida.

O problema dessa distribuição é que o grosso do dinheiro devido pelo setor público foi tomado no mercado nacional, que cobra juros muito mais caros do que aqueles cobrados no exterior.

O BC também divulgou ontem dados sobre a base monetária, ou seja, o volume de recursos que circularam na economia nos últimos meses. As festas de fim de ano, por exemplo, fizeram aumentar em 24% o dinheiro no bolso da população. A base monetária pulou para R\$ 14,6 bilhões em dezembro de 1996, contra R\$ 11,3 bilhões registrados em dezembro de 1995.